



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LILIAN FERREIRA SOBRINHO

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E O DESENVOLVIMENTO
EMOCIONAL DE CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS**

Juazeiro do Norte
2020

LILIAN FERREIRA SOBRINHO

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E O DESENVOLVIMENTO
EMOCIONAL DE CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS**

Artigo apresentado à Coordenação do
Curso de Graduação em Psicologia do Centro
Universitário Dr. Leão Sampaio, como
requisito para a obtenção do grau de
bacharelado em Psicologia.

Juazeiro do Norte
2020

LILIAN FERREIRA SOBRINHO

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E O DESENVOLVIMENTO
EMOCIONAL DE CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à coordenação do curso de
Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão
Sampaio, como requisito para obtenção de grau
de Bacharelado em Psicologia.

Aprovado em: 14/12/2020

BANCA EXAMINADORA

Me. Jéssica Queiroga de Oliveira
Orientadora

Esp. Indira Feitosa Siebra de Holanda
Avaliadora

Me. Tiago Deividty Bento Serafim
Avaliador

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E O DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DE CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS

Lilian Ferreira Sobrinho¹
Jéssica Queiroga de Oliveira²

RESUMO

Desde o século XX, os efeitos da institucionalização precoce de crianças vêm ganhando destaque, principalmente com ênfase ainda no período da infância, tendo em vista que neste período a criança começa desenvolver-se em aspectos cognitivos, biológicos e psicossociais. Esta pesquisa teve como objetivo responder a problemática referente aos possíveis impactos do acolhimento institucional no processo de desenvolvimento emocional das crianças institucionalizadas, para tal questão buscou-se descrever sobre a infância, e o desenvolvimento infantil; expor o surgimento e funcionamento do serviço de acolhimento institucional; e especificar os possíveis impactos no desenvolvimento emocional da criança no processo de acolhimento. Foi realizada uma revisão bibliográfica, através da abordagem qualitativa de delineamento exploratório. A realização desta pesquisa iniciou-se após levantamento nas bases de dados da: Pepsic, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Google Acadêmico e foram usados os seguintes descritores: “acolhimento Institucional”, “institucionalização infantil”, “desenvolvimento emocional”, “desenvolvimento infantil”, “vínculos afetivos”. As produções científicas analisadas apontaram que as instituições de acolhimento por vezes, podem acarretar prejuízos ou serem reforçadores destes, posto que as instituições de acolhimento não constituam o ambiente mais adequado para o desenvolvimento saudável de uma criança. Todavia, ressalta-se a importância deste serviço em alguns casos, devendo minimizar a violência, o abandono e sofrimento de famílias, crianças e adolescentes, cuja permanência nesses contextos poderia vir a ser extremamente danosas. Contudo é esperado que a instituição de acolhimento possibilite o desenvolvimento adequado da criança e, principalmente, que seja um espaço de promoção de vínculos seguros.

Palavras-chave: Criança. Desenvolvimento infantil. Acolhimento institucional.

ABSTRACT

Since the twentieth century, the effects of the early institutionalization of children have been gaining prominence, mainly with an emphasis still on the childhood period, considering that in this period the child begins to develop in cognitive, biological and psychosocial aspects. This research aimed to answer the problem regarding the possible impacts of institutional care on the emotional development process of institutionalized children, for this question we sought to describe about childhood, and child development; expose the emergence and functioning of the institutional reception service; and specify the possible impacts on the child's emotional development in the welcoming process. A bibliographic review was carried out, through the qualitative approach of exploratory design. The realization of this research started after a survey in the databases of: Pepsic, Virtual Health Library (VHL), Scientific

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: lilian.ferreira.sobrinho@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: jessicaqueiroga@leaosampaio.edu.br. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Modelos de Decisão e Saúde -UFPB. Especialista em Educação em Direitos Humanos- UFPB.

Electronic Library Online (SCIELO) and Google Scholar and the following descriptors were used: “Institutional reception”, “child institutionalization”, “Emotional development”, “child development”, “affective bonds”. The scientific productions analyzed pointed out that the host institutions can sometimes cause losses or reinforce them, since the host institutions do not constitute the most appropriate environment for the healthy development of a child. However, the importance of this service is emphasized in some cases, and it should minimize the violence, abandonment and suffering of families, children and adolescents, whose permanence in these contexts could prove to be extremely harmful. However, it is expected that the host institution will enable the child to develop properly and, above all, that it be a space for promoting safe bonds.

Keywords: Child. Child development. Institutional reception.

1 INTRODUÇÃO

Na história do Brasil diante das situações de pobreza, vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais, primordialmente a resposta a qual durante anos se recorreu foi o afastamento da criança do seu convívio familiar, o que fez com que a criança fosse vista como favorecida e não como cidadão de direito. A institucionalização de crianças tem passado por grandes transformações ao longo do tempo, pois buscou-se reconhecer a importância da infância como período de desenvolvimento e de construção desse sujeito, fazendo com que o tema da proteção especial assumisse uma força ainda maior sob o amparo das leis e sua aplicação. Com isso foi possível sobre a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, sobretudo nos anos seguintes com a fundamentação de leis que visaram à proteção e amparo legal dos direitos da criança como sujeitos de direito e em constante desenvolvimento assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990).

Sabe-se que os conceitos de família assim como o de criança já passaram por diversas transformações até atingir ao que conhecemos atualmente (PARRA *et al*, 2019). A família na perspectiva desta mesma autora deve ser um ambiente propiciador, acolhedor e estimulador das potencialidades desta criança, fazendo para que a mesma tenha um desenvolvimento saudável em aspectos físicos, motores e cognitivos (PARRA *et al*, 2019). Porém, quando a família responsável não consegue exercer suas funções de zelar e proteger da criança, é necessário que a criança seja temporariamente afastada deste convívio familiar, enquanto é trabalhado seu retorno. Neste período ela fica acolhida institucionalmente, sob a medida de proteção prevista pelo ECA, em casos de violação ou ameaças dos direitos das crianças e adolescentes.

Os serviços de acolhimento institucional devem de acordo com as Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009), oferecer um espaço adequado para que as crianças sintam-se protegidas e criem vínculos de confiança, acolhimento e socialização que favoreça o desenvolvimento de sua autonomia. Portanto, espera-se que a institucionalização seja dentro de um contexto possível de desenvolvimento e superação dos prejuízos afetivos e intelectuais (PARRA *et al*, 2019).

Devido à necessidade de conhecer melhor a realidade da infância, seu processo de desenvolvimento e a institucionalização brasileira, esta pesquisa objetiva responder a problemática referente aos possíveis impactos do acolhimento institucional no processo de desenvolvimento emocional da criança institucionalizada, para tal questão, busca-se descrever sobre a infância, e o desenvolvimento infantil; expor o surgimento e funcionamento do

serviço de acolhimento institucional; e especificar os possíveis impactos no desenvolvimento emocional da criança no processo de acolhimento.

O desejo de abordar tal temática parte da experiência da autora enquanto estagiária do curso de psicologia, no qual teve a oportunidade de ter contato com crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. A partir disso, observa-se a importância do conhecimento sobre os aspectos relacionados à criança institucionalizada abordada nessa pesquisa, bem como desvendar as implicações de um longo período de institucionalização.

A hipótese construída nesta pesquisa é a de que, embora existam situações de negação em relação à eficácia ao serviço de acolhimento institucional, este ainda assim, se faz muito necessário para as medidas de proteção e cuidado para com as crianças em vulnerabilidade, desde que o trabalho desempenhado pelos profissionais seja desempenhado com qualidade, respeitando a singularidade de cada criança, bem como as características e necessidades individuais de cada acolhido e buscando sempre desenvolver a construção dos laços socioafetivos, através do convívio familiar e comunitário, e consequentemente a conquista da autonomia.

Diante dessas colocações, espera-se que este artigo possa contribuir com a construção de novos saberes para a ciência da Psicologia, tendo como intuito a compreensão dos aspectos psicossociais que envolvem o tema.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa constitui-se de uma revisão bibliográfica, através de uma abordagem qualitativa de delineamento exploratório, a respeito dos possíveis impactos no desenvolvimento emocional de crianças institucionalizadas. A pesquisa bibliográfica segundo Gil (2002) é desenvolvida com base em materiais já elaborados, construídos principalmente de impressos, livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. E como Oliveira (2008) reitera que a principal finalidade desta pesquisa é levar o pesquisador (a) a entrar em contato diretamente com obras, artigos ou documentos que tratam do tema em estudo. A realização desta pesquisa iniciou-se após levantamento nas bases de dados da: Pepsic, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Google Acadêmico. Os critérios de inclusão utilizados para a seleção das obras foi à busca de materiais publicados nos últimos 10 anos, entre 2010 e 2020, artigos publicados na língua portuguesa, com a utilização dos seguintes descritores: “acolhimento Institucional”, “abrigo”, “institucionalização infantil”, “desenvolvimento emocional”, “desenvolvimento infantil”,

“vínculos afetivos”. Como critérios de exclusão, as produções em língua estrangeira e as publicações repetidas. O período de busca ocorreu entre setembro e novembro de 2020.

3 DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL INFANTIL

Atualmente, tem sido crescente a atenção destinada às crianças e a concepção de infância, sendo toda esta conquista atribuída aos direitos relativos a esta fase da vida que vem ganhando novos espaços de discussão e com isso perpassando por constantes transformações. De acordo com Melo e Leite (2011), o termo desenvolvimento refere-se à série de modificações que o organismo apresenta até atingir a maturidade, sejam estes fatores intrínsecos ou extrínsecos.

A primeira infância é o período mais rico do desenvolvimento humano e a maior parte das capacidades que distinguem o ser humano dos outros animais são obtidas nesta fase inicial do ciclo, assim sendo as más experiências vivenciadas nesta fase da vida podem acarretar efeitos permanentes nas demais fases do desenvolvimento (MENDONÇA, 2017).

Dentre os estudos sobre a infância, alguns autores acolhem como base os escritos de Philippe Àries, um historiador que produziu várias obras de artes entre os séculos XIII e XVII, e é referencia para os estudos sobre a infância (RODRIGUES, 2017). Este autor traz em suas obras, que na Idade Média a infância era vista como algo desconhecido, além de considerar as crianças tão somente uma projeção do adulto em escala (adulto em miniatura). As crianças neste período histórico vestiam-se como adultos e logo após completarem os sete anos de idade recebiam afazeres e tarefas dos seus pais. Desde modo, distinguimos que as crianças seriam diferentes do homem apenas no tamanho e na força, enquanto demais características permaneciam iguais (RODRIGUES, 2017).

De acordo com Rodrigues (2017), a infância é o tempo de vida, caracterizado principalmente pela dependência funcional dos adultos e sua duração é vinculada a diferentes condições de existência dos indivíduos. Todavia, a criança é um sujeito social e histórico, marcadas pelas contradições sociais em que estão inseridas, por isto que a ideia de infância atualmente não deve ser desvinculada do seu percurso histórico.

A infância para Viana (2019) é delineada como um período único e especial do desenvolvimento humano, no qual a criança tem o direito de brincar, aprender e ser protegida dos perigos diante da responsabilidade de um adulto. É partir desta vinculação com um adulto que a criança adquire meios de ter um desenvolvimento saudável ou não, quando o contexto no qual esteja inserida seja também favorável. De acordo com Winnicott (2008 apud GOOS,

2010), a construção deste indivíduo começa, desde o seu nascimento e no primeiro contato com seus genitores. Destarte, a formação de vínculos afetivos da criança depende muito da dedicação constante e continuada de seus cuidadores, já que neste contexto interacional, a mesma encontra subsídios para desenvolver-se. É nesta interação social que as funções cognitivas da criança se desenvolvem. (GOOS, 2010).

De acordo com Dantas (2018) considera-se que a relação da família com as crianças seja marcada pela reciprocidade afetiva entre seus entes, para que seja viável um bom desenvolvimento. Para Bowlby, as crianças por si só, não são capazes de desenvolverem-se, necessitando de uma instituição social para tornar-se maduro (DANTAS, 2018). Nesse sentido, a família exerce um papel crucial para estruturação do ser em desenvolvimento, e evidentemente na sua ausência, a instituição de acolhimento passa a assumir essa função.

Bee (1997) dentre outros autores do desenvolvimento, retratam que durante os primeiros anos de vida, a relação criança cuidador é marcada pela dependência e é essa relação fundamental para sua constituição como sujeito, seu desenvolvimento afetivo e suas aquisições próprias de cada faixa etária. É por isso, que é na família que a criança deveria encontrar um ambiente propício, que ofereça apoio, acolhimento e que seja estimulador de suas potencialidades para que, assim, haja um desenvolvimento saudável em aspectos físicos, motores e cognitivos (PARRA *et al*, 2019).

Spitz (2004) em suas observações a respeito da origem do afeto relata que o desenvolvimento afetivo e as trocas afetivas antecedem as demais funções psíquicas, de acordo com este autor, Piaget e Inhelder (2002) evidenciam em seus estudos que outras funções psíquicas se desenvolvem a partir das bases advindas das trocas afetivas. Deve-se ressaltar a importância de que a primeira relação social do bebê seja com um cuidador humano, já que é nessa relação que baseará suas futuras relações sociais, permitindo que ela se transforme em um ser social (SPITZ, 2004). O autor ainda destaca o quão prejudicial é a privação dos afetos de desprazer para uma criança em seu primeiro ano de vida, pois estes afetos são tão importantes quanto os de prazer para a formação da personalidade e do sistema psíquico (DINIZ *et al*, 2018).

Outra perspectiva relevante para esta construção é a de Ferreira *et al* (2010) sobre Henri Wallon, bem como outros estudiosos do desenvolvimento infantil, por atribuírem importância à dimensão afetiva em relação ao desenvolvimento do indivíduo, assim como para o seu conhecimento. Ele concebe o indivíduo como sendo um ser geneticamente social, que através da mediação do outro, fundamenta sua existência e forma-se enquanto indivíduo.

Portanto, é perceptível que o desenvolvimento infantil engloba aspectos distintos, como o social, cognitivo e afetivo, porém para que a criança possa se desenvolver adequadamente é preciso que esses aspectos estejam integralizados e em equilíbrio. Diante do exposto, é possível perceber que, na contemporaneidade, a criança integra-se de forma mais assídua ao contexto social. Seus direitos transcendem as necessidades biológicas e inserem-se na sociedade, a formação pedagógica, e principalmente, consideram a criança como um ser constituído de emoções e dependente de relações de afeto para seu desenvolvimento (DINIZ *et al*, 2018).

De acordo com Diniz *et al* (2018), é ainda na primeira infância, que a criança irá receber estímulos que irá influenciá-la ao longo de sua vida. O bebê ao nascer naturalmente é curioso sobre o mundo ao seu entorno, especialmente com as pessoas que se envolvem com eles, sendo habilidosos não somente para responder aos outros, mas para formar relações/interações (MENDONÇA, 2017). Desde modo, na infância o desenvolvimento esta diretamente relacionada à afetividade e à socialização, e para tal, a vinculação familiar nos primeiros anos de vida da criança é um fator condicionante.

Para Bairros *et al* (2011) nos primeiros anos de vida os bebês precisam mais do que fraldas limpas, alimentação e horas de sono, é necessário o afeto e o toque, fatores essenciais para a formação de sua personalidade e desenvolvimento físico/psíquico. Diante da ausência de uma construção sólida de vínculos afetivos acarretará distúrbios emocionais e complexos que implicará o convívio familiar e social. Bowlby por sua vez, afirma que a faixa etária mais exposta aos danos psíquicos da privação materna compreende-se do nascimento aos cinco anos de idade (DINIZ *et al*, 2018).

4 PANORAMA HISTÓRICO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Historicamente, o serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, comumente conhecido como abrigo, teve origem filantrópica e assistencialista, que colocava o usuário na condição de favorecido, e não como cidadão (ADRIÃO, 2013). O abandono e acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil têm suas origens no período colonial, estrategicamente, para a catequização dos nativos pelos jesuítas. Assim Portella (2012), relata que neste contexto famílias pauperizadas que não obtinham condições de sustentar seus filhos e mães que por diferentes motivos seriam socialmente condenadas por terem dado à luz a filhos ilegítimos abandonavam essas crianças em instituições. A consequência desse grande número de filhos ilegítimos gerou o crescimento no número de crianças carentes e

abandonadas naquele período histórico, foi a partir deste crescimento que instituições religiosas começaram a acolher estes menores (DINIZ *et al*, 2018).

No atual cenário brasileiro o acolhimento institucional de crianças tem sido marcado por mudanças significativas. Desde a promulgação da Constituição de 1988, e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, as crianças e adolescentes brasileiros tiveram seus direitos assegurados, no que diz respeito à sua integridade física, social e emocional, de forma a promover seu desenvolvimento pleno (BRASIL, 1990). Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes integram os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e pautasse-se no sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente (BRASIL, 2009). Todavia, logo após a implantação do ECA, mudanças na lei em relação às internações de crianças e adolescentes começam a ser aplicada, a começar pela diferenciação do Estatuto entre instituição de abrigo e internação (DINIZ *et al*, 2018).

Segundo Paiva *et al* (2019), o ECA tem sido uma importante ferramenta para orientar o novo paradigma de atendimento às crianças que deve ocorrer com absoluta prioridade, garantia de direitos e proteção integral. Diniz *et al* (2018) aponta que dentre os direitos, ressalta-se a efetivação dos direitos referentes à vida, a saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária. Sendo dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar a efetivação desses direitos (BRASIL, 1990).

O acolhimento institucional de crianças tem sido uma medida de proteção integral, direcionada a indivíduos de zero a dezoito (0 a 18) anos de idade, que são acolhidos por estarem vivenciando alguma situação de risco pessoal ou social. Sendo um equipamento de caráter excepcional e provisório (de no máximo dois anos), utilizado como forma de transição para reintegração familiar ou para integração em família substituta, quando todas as possibilidades de reintegração forem esgotadas, através do processo nacional de adoção (BRASIL, 2009).

Na contemporaneidade para responder de forma mais satisfatória às demandas da população infanto-juvenil, existem diferentes tipos de serviços de acolhimento institucional que podem ser ofertados, desde os abrigos institucionais, que prevê o acolhimento até 20 crianças e adolescentes de 0 a 18 anos e apresenta cuidadores/educadores trabalhando em turnos fixos diários; as casas-lares que acolhem no máximo 10 crianças e adolescentes e apresentam cuidadores/educadores que moram na casa. O serviço de acolhimento familiar ou famílias acolhedoras que são aqueles ofertados em residências de famílias acolhedoras, menos difundidas no Brasil, e por fim, as repúblicas que é um serviço de acolhimento que oferece

apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com idade de 18 a 21 anos que não tem meios para auto sustentarem-se (ACIOLI *et al*, 2018).

O serviço de acolhimento institucional tem por finalidade oferecer acolhimento para crianças e adolescentes que se encontram em condições de abandono ou cujas famílias responsáveis estejam impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, temporariamente. Desta maneira, as crianças e adolescentes nessas situações são acolhidas provisoriamente até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta através do processo Nacional de adoção (BRASIL, 2009).

5 POSSÍVEIS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL NA CRIANÇA INSTITUCIONALIZADA;

Desde meados do século XX, os efeitos da institucionalização precoce de crianças vêm ganhando destaque, principalmente com ênfase ainda no período da infância, tendo em vista que neste período a criança começa desenvolver-se em aspectos cognitivos, biológicos e psicossociais (PARRA *et al*, 2019). Autores como Cavalcante, Magalhaes e Pontes (2007), afirmam que a privação de cuidados maternos nesta fase da vida podem manifestar de forma intensa e quase irreversível sequelas psicológicas que perdurará pelas demais fases, pois a criança em sua dinamicidade carregará consigo essas manifestações na sua constituição enquanto sujeito.

Segundo Castanho (2004) os ambientes institucionais têm sido descritos frequentemente como locais de influência negativa no processo evolutivo da criança, seja pela superlotação, profissionais/ cuidadores pouco qualificado ou insuficiente para a quantidade de acolhidos, espaço reduzido e com poucas chances de oferecer o tipo de estimulação sensorial adequado à criança.

De acordo com Parra *et al* (2019) diariamente, crianças vêm sendo submetidas, em seus próprios lares, a condições que trazem riscos e prejuízos ao seu desenvolvimento como um todo. Desde a violência doméstica, a outros fatores de risco tais como violência física e psíquica, negligência dos pais e/ou responsáveis, abandono, prostituição infantil, falta de higiene, uso de entorpecentes e álcool pelos genitores e outros, tornando a realidade infantil desafiante, e contribuindo para que ocorra o afastamento familiar e consequentemente o acolhimento desta criança.

De acordo com Cavalcante, Magalhães, e Pontes (2007) existe um consenso em torno da ideia de que a institucionalização em si abre um campo favorável para a configuração de várias situações de risco, como privação da convivência familiar, separação da figura de apego, etc. Corroborando com esta ideia, Oliveira e Barros (2016) menciona que a situação de institucionalização de crianças de modo prolongado acaba violando o direito da criança em ter uma convivência familiar e comunitária, além de comprometer seu lado emocional e desenvolvimento social. Segundo Silva (2012), outros autores ainda defendem que a institucionalização é sempre uma medida extrema, pois, se a prioridade é que crianças permaneçam em suas famílias, tal como presente no ECA, o acolhimento por si mesmo implica na violação do direito da convivência familiar.

Segundo Nóbrega e Minervino (2011) a chegada à instituição de acolhimento é um momento crucial na vida de uma criança, pois seu universo familiar, mesmo que vulnerável, é substituído pela instituição que a acolhe, sendo seus laços de parentesco, amizades e vizinhança suspensos e ameaçados, bem como sua identidade, pois as definições de quem são envolve nossa filiação e a comunidade onde nascemos, assim como nossa história.

Deve-se levar em conta, ainda, que o afastamento familiar pode trazer prejuízos e consequências negativas quanto ao desenvolvimento da criança, principalmente se o atendimento prestado no serviço de acolhimento não for de boa qualidade e prolongar-se sem necessidade (SILVA, 2012).

Sobre as consequências da institucionalização Santos *et al* (2010) ressaltam que quando a pessoa é abandonada, há perdas e lutos a serem elaborados, pois o abandono deixa marcas que se concretizarão na vivência dolorosa de perda e na necessidade de superá-las. Assim, a criança poderá mesmo que momentaneamente deixar de confiar nas pessoas, por receio de sofrer novamente diante do mesmo contexto.

De acordo a pesquisa realizada por Santos *et al* (2010) sugerem que as crianças institucionalizadas podem apresentar maior agressividade, sentimento de hostilidade e de inadequação, falta de contato social, ansiedade, timidez, tristeza, impulsividade e instabilidade emocional, bem como apresentarem-se imaturos e dependentes. Desta forma, as crianças institucionalizadas apresentaram mais problemas emocionais do que as crianças não institucionalizadas. Todavia, esses resultados são advindos de uma realidade contextual em geral, com histórico de rejeição, abandono e negligências.

Como também relata Andrade (2011), na perspectiva de consequências no âmbito cognitivo e psicológico, apresenta que a maioria dos problemas de aprendizagem de crianças institucionalizadas, esta relacionado à insegurança emocional e material, fruto da ausência de

familiares e de um ambiente estimulador. Já que em muitas realidades de instituição de acolhimento há poucos cuidadores para muitas crianças, o que de fato não é favorável para construção de laços afetivos e significativos.

Outro problema enfrentado por crianças que vivem em instituições de acolhimento é o preconceito e o estigma social. De acordo com Ayres *et al* (2010), conceitos como “menor”, “delinquente”, “pivete”, “abrigado” ou “abandonado” não foram criados por acaso e revelam um posicionamento político e social a respeito da criança pobre, produzindo efeitos na sociedade. Deste modo, faz-se necessário quebrar esses estigmas e preconceitos existentes.

Diante da realidade institucional, muitas crianças sofrem por sentirem-se abandonadas, tornando-se traumatizadas pela ausência de cuidados afetivos e de proteção, podendo desenvolver através dessa experiência, o transtorno do apego reativo. Para muitos autores, importantes sinais como timidez, afastamento, baixo interesse social, sentimentos de desesperança foram observados em crianças institucionalizadas, podem estar relacionados a traços deste transtorno, sendo desenvolvido quando a criança possui uma relação social inadequada (GABATZ, 2016). Sobre este transtorno Fiamenghi Junior *et al* (2012), faz menção acerca do ambiente mais propício para o desenvolvimento deste transtorno, sendo ele desenvolvido geralmente em situações onde o ambiente não é acolhedor e favorável.

Neste mesmo contexto, Farias (2015) desenvolveu uma pesquisa acerca dos padrões de vinculação, autoestima e estados emocionais em crianças institucionalizadas e não institucionalizadas. Segundo o autor, foi identificado que as crianças não institucionalizadas apresentaram maiores indícios de um padrão seguro do que as crianças institucionalizadas, tratando-se especificadamente, do desenvolvimento emocional, pois se torna evidente que uma criança sem suporte no seu desenvolvimento, apresentará déficit em seu desenvolver emocional e nos demais aspectos do desenvolvimento. No entanto, Farias (2015), indica que uma relação de qualidade, onde a criança tenha representação de apoio positivo durante seu desenvolvimento, lhe proporcionará um ajustamento às fases seguintes.

No entanto, Andrade (2011) manifesta-se ao dizer que na maioria dos casos, um ambiente institucional não é um dos melhores ambientes para o desenvolvimento infantil. Tem em vista o atendimento padronizado, número reduzido de cuidadores, falta de preparo e até baixa remuneração dos funcionários, alta rotatividade de funcionários, falta de atividades e estimulação planejadas e a fragilidade das redes de apoio social e afetivo, que contribui para os prejuízos no desenvolvimento dos indivíduos, ou seja, fatores de risco.

Dessa forma, Diniz *et al* (2018), reforça que a institucionalização de crianças desde muito pequenas pode provocar impactos relevantes tanto para seu desenvolvimento físico

quanto mental, posto que as instituições de abrigo não constituam o ambiente mais adequado para o desenvolvimento saudável de uma criança. Tendo em vista a verificação que, além de não terem suas necessidades afetivas supridas, muitas vezes, essas crianças são privadas de lazer e comunicação com o meio externo, vivenciando esses aspectos apenas no contexto escolar. Além disso, eles perceberam também que as crianças não identificam a instituição como um lugar agradável, mas como um lugar onde são obrigadas a permanecer (DINIZ *et al*, 2018).

Para Nóbrega e Minervino (2011), os danos de um grande período de institucionalização em crianças serão maiores de acordo com a idade destas no momento em que foram afastadas da família, bem como o tempo em que foram privadas do convívio familiar; o tempo de espera que influencia não somente a adaptação da criança em caso de retorno à família de origem, mas também quando acolhida em uma nova família. Assim, quanto mais novas as crianças forem institucionalizadas, maiores as chances de os prejuízos serem irreparáveis, caso o cuidado no contexto institucional não seja de boa qualidade.

Ainda nesse viés, diversos estudos apontam que as crianças institucionalizadas podem apresentar possíveis comprometimentos na capacidade de relacionar-se, não obstante, as crianças possuem uma habilidade e uma disponibilidade para buscar vínculos alternativos que possam estruturar sua realidade de abrigamento e elaborar os conflitos em relação ao sentimento de abandono (HECHT; SILVA, 2009).

Entretanto, o acolhimento institucional, pode ser facilitador ou dificultador para o desenvolvimento das crianças acolhidas, dependendo da presença ou ausência de fatores de proteção e de risco na entidade. Para Parra *et al* (2019), o acolhimento institucional é considerado um local de proteção e segurança para a criança, mas que ainda traz consequências e deixa marcas negativas para o seu desenvolvimento, como evidenciado a partir das pesquisas anteriormente relatadas.

Torna-se compreensível que o acolhimento representa a possibilidade de minimizar a violência, o abandono e sofrimento de famílias, crianças e adolescentes, cujas consequências desses contextos poderiam vir a ser extremamente danosas. Contudo é esperado que a instituição de acolhimento fosse cuidadosamente organizada, a fim de possibilitar o desenvolvimento adequado da criança e, principalmente, ser um espaço de promoção de vínculos seguros (PARRA *et al*, 2019). De acordo com esta autora a instituição deve ser um local onde a infância possa ser vivida, que os referenciais identificatórios possam ser construídos, e que seja um espaço de proteção e segurança (PARRA *et al*, 2019).

Conforme menciona Diniz *et al* (2018), a criança precisa de laços verdadeiramente humanos e de cuidado maternal que são fundamentais e indispensáveis para suprir suas necessidades socioafetivas. Portanto, a socioafetividade é a base para toda a constituição do ser humano. Frente a essa constatação, é importante refletir sobre os fatores que circundam o rompimento dos laços afetivos em consequência da institucionalização e os possíveis impactos decorrentes desse processo no desenvolvimento socioafetivo da criança abrigada.

Contudo, Parra *et al* (2019) corrobora ao relatar que a criança que estejam em instituições que dão o suporte ideal para seu desenvolvimento saudável, esses esforços devem sempre estar voltados para a manutenção do convívio familiar e preservação e fortalecimento dos vínculos e laços familiares, inclusive dos vínculos formados nas instituições, pois esses vínculos são fundamentais para oferecer às crianças condições para um desenvolvimento saudável, tanto fisicamente quanto emocional e psicologicamente, favorecendo a formação de sua identidade e personalidade (BRASIL, 2009). Para que isso ocorra de fato, a instituição deve pautar-se no olhar individualizado a cada criança, dando importância para seu contexto e sua história pessoal.

Segundo Hecht e Silva (2009), o acolhimento de um cuidador pode diminuir os danos sofridos pela criança que vivencia o rompimento do vínculo materno e familiar. Bowlby (1990) por sua vez, afirma que em níveis mais acentuados, quando a criança tem dúvidas em ser ou não “aceitas” pelo cuidador, ela não consegue desenvolver sua autoconfiança e consequentemente construir uma autoimagem positiva, tornando-se instável pelo fato de não sentir-se segura frente a uma figura que tem responsabilidades constantes com seu cuidado. Sobre isso muito frequentemente, as crianças em suas relações interpessoais, tem dificuldades de manter relacionamentos duradouros e seguros, voltando-se a si mesma do que ao outro, o que implica nas relações futuras (GABATZ, 2016).

Há ainda estudos, pesquisas e autores encontrados durante a realização deste trabalho, como o de Salina-Brandão e Williams (2009), que acreditam que haja alguns fatores de proteção que possam minimizar os efeitos da institucionalização para o desenvolvimento da criança, seja nos seus primeiros anos de vida ou ao longo de sua vida. Entre outros fatores que vêm sendo investigados, destacam-se: o temperamento, a natureza do vínculo e o padrão de apego com a figura de referência, a idade e o modo como ocorreu à institucionalização, o tempo de permanência no abrigo, a qualidade do cuidado institucional, o ambiente depois da institucionalização e as experiências posteriores na juventude e vida adulta.

De acordo com Silva (2012), querer tornar-se a família da criança nunca trará para as instituições um lugar legítimo, pois a família da criança, seja qual for, é a família que ela tem,

é a sua origem, a qual não pode ser negada ou silenciada, muito menos escondida. Pois, para onde quer que uma criança vá, e até mesmo um adulto, ela leva dentro de si seus sonhos, suas lembranças, sua genética, em seus aspectos bons e maus, a sua família, sua história concreta, vivida, fantasiada e desejada no interior desta. Já para as crianças, as instituições podem constituir-se num lugar onde lhe é oferecido afeto, amor, respeito pela primeira vez ou como um lugar que representa o rompimento de seus vínculos, sonhos, família e que, assim, traz sofrimento, medos e angústias (SILVA, 2012).

Por outro viés, Siqueira e Dell’Aglío (2006), menciona que o abrigo é um local de grande importância para a criança, pois é onde ela pode realizar um grande número de atividades, funções, interações e um local onde a criança pode desenvolver relações recíprocas de poder, afeto e equilíbrio. Além de moradia, o abrigo é capaz de fornecer recursos para a criança desenvolver a resiliência bem como proporciona recursos para o enfrentamento de todo tipo de situação de vida, positiva, negativa, adversa, felicidade, tristeza, ganhos e perdas. No caso específico da criança institucionalizada, quanto maior for à abertura do abrigo para o ambiente externo, trocas com outras instituições sociais, melhores serão as fronteiras entre os diferentes contextos de desenvolvimento nos quais a criança estará inserida, como a família, creches, escola, igreja, vizinhança e outros (ANTONIETTO, 2019).

Os vínculos estabelecidos dentro das instituições são aliados importantes para ajudar a criança a enfrentar seu passado, presente e futuro. Suas primeiras experiências de vínculo, na maioria das vezes, nem sempre foram positivas, sendo mediadas principalmente por violência de todo tipo e que, muitas vezes, não desaparecem com seu crescimento. Assim, o que pode produzir marcas nas crianças institucionalizadas não é a ausência da mãe, mas a falta de qualquer tipo de relação de afeto e de condições fundamentais para crescer e se desenvolver, e, acima de tudo, a falta de amor, cuidado, carinho, respeito e segurança, falta do apego e do vínculo, é o que trazem as marcas e consequências muitas vezes irreparáveis, seja em qualquer contexto cultural, social, econômico em que o sujeito está inserido (SILVA, 2012).

Frente a essas constatações, a institucionalização, mesmo com o intento de proteger e resguardar a integridade dos direitos infantis, finda por tornar-se um elemento atravessador na trajetória de vida da criança, influenciando diretamente suas habilidades para se relacionar sua organização interna e a forma de vincular-se socioafetivamente, podendo causar impactos nessas esferas nem sempre positivos (DINIZ *et al*, 2018).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou descrever sobre a infância, e o desenvolvimento infantil; expor o surgimento e funcionamento do serviço de acolhimento institucional; e especificar os possíveis impactos no desenvolvimento infantil durante o processo de acolhimento. Desde modo, evidenciamos que o acolhimento institucional não é algo evidentemente moderno, ao atentarmos-nos a sua origem no Brasil ainda no período colonial, de modo filantrópico e assistencialista.

Desde os tempos remotos até o atual cenário o acolhimento institucional brasileiro vem perpassando por inúmeras e significativas transformações, contudo, a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, e posteriormente com o Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo primordial para que crianças e adolescentes tivessem seus direitos assegurados como cidadãos de direito.

No entanto, as instituições de acolhimento por vezes, podem potencializar prejuízos ou serem reforçadores destes, pois por mais que a instituição de acolhimento forneça todos os cuidados necessários à criança, esses não devem ser comparados aos cuidados de seu ambiente familiar de origem, tendo em vista o contexto e a necessidade que a instituição tem em atender também outras crianças. Porém, consideramos que a estimulação da vinculação com outras pessoas ainda na infância é primordial mesmo que em situação de acolhimento, para o desenvolvimento biopsicossocial da criança, sendo que na ausência da mesma, o acolhido estará propenso a desencadear desvio na conduta da personalidade, o que poderá desencadear relacionamentos hostis nas demais fases da vida.

Por fim, é imprescindível que a construção de laços afetivos seja viabilizada ainda no período inicial da vida, sendo a mesma acompanhada continuamente com o propósito de cuidar e fornecer meios suficientes que possibilite um adequado e satisfatório desenvolvimento deste ser.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Raquel Moura Lins et al. Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife. **Ciência & saúde coletiva**, v. 23, p. 529-542, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2018.v23n2/529-542/pt>> Acesso em: 02.set.2020.

ADRIÃO, M C S. Os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes: os desafios e o trabalho com a rede proteção social. Dissertação de mestrado. Mestrado profissional em gestão e políticas públicas Fundação Getulio Vargas. SP. São Paulo 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11183/Artigo_MPGPP_FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 13. Ago.2020.

ANDRADE, Márcia Siqueira de. Estudo sobre a escrita em crianças e adolescentes abrigados. **Rev. psicopedag.**, São Paulo , v. 28,n. 87,p. 219-225, 2011 Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000300002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em: 27 nov. 2020.

ANTONIETTO, Eloisa Aparecida Barroso. DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS E NÃO INSTITUCIONALIZADAS: um estudo comparativo. 2019. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1868/1/Eloisa%20Aparecida%20Barroso%20Antonetto2.pdf> Acesso em: 15 nov. 2020.

AYRES, Lygia Santa Maria et al . Abrigo e abrigados: construções e desconstruções de um estigma. **Estud. pesquis. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 10, n. 2, p. 420-433, ago. 2010 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 nov. 2020

BAIROS, J. de et al. Infância e adolescência: A importância da relação afetiva na formação e desenvolvimento emocional (XVI Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão). **Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, RS, Brasil**. v. 20, 2011. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2011/humanas/INF%C3%83%E2%80%99ANCIA%20E%20ADOLESC%C3%83%C5%A0NCIA%20A%20IMPORT%C3%83%E2%80%99ANCIA%20DA%20RELA%C3%83%E2%80%A1%C3%83%C6%92O%20AFETIVA%20NA%20FORMA%C3%83%E2%80%A1%C3%83%C6%92O%20E%20DESENVOLVIMENTO%20EMOCIONAL.pdf> Acesso em: 20 nov.2020.

BEE, H. (1997). O ciclo vital. Porto Alegre: Artmed.

BOWLBY, Jonh. Cuidados maternos e saúde e mental. São Paulo: Martins Fontes. 4º ed. 2002.

BOWLBY, Jonh. Formação e rompimento dos laços afetivos. São Paulo: Martins Fontes. 2ªed. 1990.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.069%2C%20DE%2013%20DE%20JULHO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da,Adolescente%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAscias.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e,%C3%A0%20crian%C3%A7a%20e%20ao%20adolescente.&text=Nos%20casos%20expressos%20em%20lei,e%20um%20anos%20de%20idade.> Acesso em: 29. Set.2020.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. **Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, DF, junho de 2009. Disponível em:<
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf> Acesso em: 24. Abr. 2020.

CASTANHO. A. A. G, ASSIS. S. M. B. Caracterização do Desenvolvimento Motor da Criança Institucionalizada. Revista Fisioterapia Brasil 2004; 8:5-6. Disponível em:
https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Caracteriza%C3%A7%C3%A3o+do+Desenvolvimento+Motor+da+Crian%C3%A7a+Institucionalizada.+&btnG= Acesso em: 22. Out. 2020.

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; MAGALHÃES, Celina Maria Colino; PONTES, Fernando Augusto Ramos. Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza. v. 7, n. 2, p. 329-352, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/271/27170206.pdf> Acesso em: 02 nov.2020.

_____. Lília Iêda Chaves; MAGALHÃES, Celina Maria Colino; PONTES, Fernando Augusto Ramos. Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. **Aletheia**, n. 25, p. 20-34, 2007. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/1150/115013454003.pdf> Acesso em: 20 nov.2020

DANTAS, Eloiza Mayne Macedo. A reconstrução do vínculo afetivo de crianças em situação de abrigo. (Trabalho de Conclusão de Curso) Curso de graduação em Psicologia. Centro Universitário Dr. Leão Sampaio. Juazeiro do Norte. 2018. Disponível em:
<https://unileao.edu.br/repositoriobibli/tcc/eloiza%20mayane%20macedo%201063.pdf> Acesso em: 02 nov. 2020.

DINIZ, Isabel Aparecida; ASSIS, Márcia Oliveira; DE SOUZA, Mayra Fernanda Silva. Crianças institucionalizadas: um olhar para o desenvolvimento socioafetivo. **Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 3, n. 5, p. 261-285, 2018. Disponível em: < https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=rian%C3%A7as+institucionalizadas%3A+um+olhar+para+o+desenvolvimento+socioafetivo.+&btnG=> Acesso em: 10. set. 2020.

FARIAS, Ana Rita Coelho et al. **Padrões de vinculação, autoestima e estados emocionais em crianças institucionalizadas e não institucionalizadas**. 2015. Dissertação de Mestrado.

Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/6434> Recuperado em: 30 nov. 2020.

FERREIRA, Aurino Lima; ACIOLY-RÉGNIER, Nadja Maria. Contribuições de Henri Wallon à relação cognição e afetividade na educação. **Educar em revista**, n. 36, p. 21-38, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602010000100003 Acesso em: 15 nov.2020.

FIAMENGHI JUNIOR, Geraldo Antonio; HOTTUM MELANI, Renata; GALEGO DE CARVALHO, Sueli. Transtorno de Apego Reativo em crianças institucionalizadas. **Psicologia Argumento**, [S.l.], v. 30, n. 70, nov. 2017. ISSN 1980-5942. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19671>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GABATZ, Ruth Irmgard Bärtschi. Formação de vínculos e interação entre cuidadores e crianças em um abrigo. 2016. 217f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016. Disponível em: http://www.repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/3829/1/Tese_Ruth_Irmgard_Bartschi_Gabatz.pdf Acesso em: 20 nov.2020.

GIL, A. C. Como classificar as pesquisas? In:_____.**Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002. Cap. 4. p. 42-57.

GOOS, Alessandra Fabiana Giliolli. Formação e rompimento dos laços afetivos. Monografia, Curso de Psicopedagogia Clínica e Institucional, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, SP. 2010. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/ea000905.pdf> Acesso em: 20 nov.2020.

HECHT, Bruna; SILVA, Renata Fabrício Pereira da. Crianças institucionalizadas: A construção psíquica a partir da privação do vínculo materno. **Portal dos Psicólogos, Rio Grande do Sul**, 2009. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0199.pdf> Acesso em: 20 nov.2020.

MELO, Fláviane Rezende; LEITE, Jacqueline Maria Resende Silveira. Avaliação do desenvolvimento motor de crianças institucionalizadas na primeira infância. **Revista Neurociências**, v. 19, n. 4, p. 681-685, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/8335/5869> Acesso em: 22. Out.2020.

MENDONÇA, Ana Rita Figueiredo. O desenvolvimento socioemocional: a regulação emocional em creche. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação de Coimbra, Departamento de Educação, Coimbra. 2017. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/18900/1/ANA_MENDONCA.pdf Acesso em: 20 nov. 2020.

NÓBREGA, Juliana das Neves; MINERVINO, Carla Alexandra da Silva Moita. Análise do nível de desenvolvimento da linguagem em crianças abrigadas. **Psicologia Argumento**, [S.l.], v. 29, n. 65, nov. 2017. Disponível em:

<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20361/19631> Acesso em: 12 nov.2020.

OLIVEIRA, Jordana de; BARROS, Solange Moraes de. A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil: algumas considerações sobre este problema. **Simbiótica. Revista Eletrônica**, v. 3, n. 1, p. 01-17, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/28461/20263> Acesso em: 20 nov.2020.

OLIVEIRA, M.M de. Pesquisa bibliográfica. In: _____. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Cap. 3 p.65-75.

PAIVA, Ilana Lemos de; MOREIRA, Tabata Aija Silva; LIMA, Amanda de Medeiros. Acolhimento Institucional: Famílias de origem e reinstitucionalização. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v.10,n.2,p.1405-1429, Junho, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662019000201405 Acesso em: 06 nov. 2020

PARRA, Ana Carolina de Oliveira; OLIVEIRA, Jaqueline Alves de; MATURANA, Ana Paula Moraes. O paradoxo da institucionalização infantil: proteção ou risco?.**Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte , v. 25, n. 1, p. 155-175,jan.2019 Disponível em:< <http://200.229.32.43/index.php/psicologiaemrevista/article/view/11614>> Acesso em 10.set.2020.

PIAGET, Jean; INHELDER, Barbel. A psicologia da criança. 18º ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

PORTELLA, Elisandra Muniz Bento. Proteção social: a experiência dos adolescentes em acolhimento institucional. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Serviço Social Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.Porto Alegre, RS. 2012. Disponível em:< <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5112/1/000437473-Texto%2BCompleto-0.pdf>> Acesso em: 10. Set 2020.

RODRIGUES, Adriana. A Infância na visão de Philippe Àries e Neil Postman. In:**CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS: REPENSAR A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, PENSAR A POLÍTICA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**. 2017. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/50522.pdf> Acesso em: 02 Nov.2020.

SALINA-BRANDÃO, Alessandra; WILLIAMS, Lúcia Cavalcante de Albuquerque. O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, n. 3, p. 334-352, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/prc/v22n3/v22n3a03.pdf> Acesso em 20 nov.2020.

SANTOS, B. C. A. D., RIBEIRO, M. C. D. C., UKITA, G. M., PEREIRA, M. D. P., DUARTE, W. F., & CUSTÓDIO, E. M.Características emocionais e traços de personalidade em crianças institucionalizadas e não institucionalizadas.**Boletim de Psicologia**, v. 60, n. 133, p. 139-152, 2010.Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432010000200002 Acesso em: 02 nov. 2020.

SILVA, M. L. S. Lei Nacional de Adoção e Acolhimento Institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde, Santa Maria. 2012. Disponível em:

<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/10304/SILVA%2c%20MILENA%20LEITE.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 02.nov.2020.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Debora Dalbosco. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade.**, Porto Alegre, v.18, n.1, p. 71-80, Abril, 2006. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100010 Acesso em: 06 nov. 2020

SPITZ, René A. O primeiro ano de vida. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIANA, Marcos Alan. Infância contemporânea: institucionalização e cerceamento. **Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental**, v. 7, n. 2, p. 47-68, 2019. Disponível em:

<https://psico.fae.emnuvens.com.br/psico/article/view/203> Acesso em: 10 Nov. 2020.